



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

## **Estratégias de acessibilidade informacional para a autonomia de pessoas com deficiência visual em uma biblioteca especial: estudo de caso na Biblioteca União de Cegos do Rio Grande do Sul**

*Informational accessibility strategies for the autonomy of persons with visual impairments in a special library: a case study at União de Cegos do Rio Grande do Sul*

**Carla Monego Lins Pastl** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – carlapastl@gmail.com

**Eliane Lourdes da Silva Moro** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – elianemoro23@gmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa a contribuição de uma prática extensionista para a promoção da acessibilidade informacional e da autonomia de pessoas com deficiência visual na Biblioteca da União de Cegos do Rio Grande do Sul. Adota abordagem qualitativa, natureza aplicada e estudo de caso, com base em observação participante, análise documental e notas de campo. Os resultados evidenciam que a reorganização do espaço, a mediação da informação e os recursos como braile e QRCode com audiodescrição ampliaram o acesso ao acervo e a autonomia dos usuários. Conclui-se que a acessibilidade informacional exige estratégias integradas, participação dos usuários e atuação bibliotecária comprometida, para “Não deixar ninguém para trás”.

**Palavras-chave:** Acessibilidade informacional. Biblioteca especial. Pessoa com deficiência visual. Autonomia. Mediação da informação.

**Abstract:** This article analyzes the contribution of an extension project to promoting informational accessibility and autonomy for persons with visual impairments at the library of União de Cegos do Rio Grande do Sul. It adopts a qualitative, applied case study based on participant observation, document analysis and field notes. Results show that spatial reorganization, information mediation and resources such as Braille signage and QR code audio description expanded access to the collection and user autonomy. It concludes that informational accessibility requires integrated strategies, user participation and committed librarian action to "Leave no one behind".



**Keywords:** Informational accessibility. Special library. Person with visual impairment. Autonomy. Information mediation.

## 1 INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado por persistentes desigualdades de acesso à informação e ao conhecimento, discutir acessibilidade informacional em bibliotecas implica enfrentar, no cotidiano, o desafio de não deixar ninguém para trás, especialmente no que se refere às pessoas com deficiência visual.

O acesso à informação constitui um direito fundamental e uma condição indispensável para a participação social, educacional e cultural. No entanto, para Pessoas com Deficiência (PcD) visual, esse direito ainda encontra barreiras físicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais que limitam sua autonomia e restringem sua inserção em ambientes informacionais. No campo da Biblioteconomia, essa realidade exige que a biblioteca seja compreendida para além de suas funções técnicas e custodiais, afirmando-se como espaço de mediação da informação, da inclusão e do exercício da cidadania.

As bibliotecas especiais voltadas a PcD visual assumem papel estratégico, pois respondem a necessidades específicas de acesso, leitura, busca e uso da informação. Mais do que disponibilizar materiais em formatos acessíveis, essas bibliotecas precisam estruturar seus espaços, serviços e práticas de modo a favorecer a autonomia dos usuários e sua participação ativa na vida informacional. A IFLA (2026), na Seção de Bibliotecas que atendem Pessoas com Deficiências de Leitura (LPD)<sup>1</sup> está atualizando as Diretrizes para Serviços Bibliotecários Inclusivos para Pessoas com Deficiências de Leitura convocando as instituições a assumirem uma postura proativa na eliminação dessas barreiras, implementando políticas, serviços e acervos que respondam às demandas específicas de PcD.

No Brasil, apesar dos avanços promovidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e outros marcos normativos, a acessibilidade nas bibliotecas ainda é insuficiente, limitando a autonomia das PcD.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.ifla.org/news/guidelines-for-inclusive-library-services-for-persons-with-print-disabilities/>



Esse artigo deriva de uma experiência extensionista desenvolvida na Biblioteca da União de Cegos do Rio Grande do Sul (UCERGS), no âmbito do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Projeto teve como finalidade reorganizar e qualificar uma biblioteca, tornando-a mais acessível, inclusiva e promotora de autonomia para seus usuários. O estudo sistematizou essa experiência buscando responder como a prática extensionista na biblioteca especial da UCERGS contribuiu para a promoção da acessibilidade informacional e da autonomia de PcD visual e resultou em dois trabalhos científicos, na Graduação e na Pós-Graduação.

O estudo justifica-se pela persistência de lacunas na literatura sobre Extensão Universitária voltada à promoção da acessibilidade em bibliotecas para PcD visual, bem como pela necessidade de fortalecer práticas biblioteconômicas comprometidas com a inclusão, a mediação da informação e a justiça social. Registrou, entre as ações, o uso de identificadores em Braille nas estantes e QRCode com audiodescrição, recurso destacado como relevante para a acessibilidade informacional na biblioteca. A dissertação de mestrado, desenvolvida no mesmo contexto institucional, reforça a centralidade da biblioteca como espaço de aprendizagem, mediação e uso de Tecnologias Assistivas (TAs), ao investigar de que modo estudantes com deficiência visual percebem, acessam e utilizam esses recursos em seus processos de aprendizagem contribuindo para compreender que a autonomia não decorre apenas da presença de tecnologias, mas da articulação entre recursos acessíveis, mediação qualificada e escuta dos sujeitos.

Mishra (2023) destaca a importância das TAs na promoção da acessibilidade em bibliotecas e ressalta que, além da implementação dessas tecnologias, é importante a capacitação dos bibliotecários para orientar e apoiar os usuários em suas demandas informacionais.

A experiência desenvolvida na Biblioteca da UCERGS, insere-se no debate sobre inclusão, acessibilidade e enfrentamento das desigualdades informacionais, temas diretamente relacionados ao Eixo 1 do 31º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), voltado a ações de inclusão, acessibilidade para PcD e empoderamento de grupos historicamente vulnerabilizados.

Este artigo, portanto, tem como objetivo apresentar as contribuições desenvolvidas na Biblioteca Especial da UCERGS para a promoção da acessibilidade



informacional e da autonomia de PcD visual partindo-se do entendimento de que a acessibilidade informacional requer reorganização do espaço, participação dos usuários e atuação bibliotecária comprometida com a inclusão.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo resulta de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, delineada em um estudo de caso desenvolvido na Biblioteca Especial da UCERGS, seguindo o fluxo analítico proposto por Creswell (2014) e os princípios metodológicos de Yin (2018). Por se tratar de estudo de caso, o objeto investigado consiste em uma experiência concreta, situada e contextualizada em ambiente institucional, com a atenção às práticas desenvolvidas, às transformações observadas e aos significados produzidos no decorrer da intervenção. Como Ludke e André (1986) caracterizam o estudo de caso, representa os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes numa situação social em que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas e o pesquisador revela a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo.

A estrutura das etapas do estudo seguiu as orientações de Lüdke e André (1986): 1ª fase: aberta ou exploratória, 2ª fase: coleta de dados e 3ª Fase: análise sistemática e elaboração do relatório.

Silva e Araújo (2003, p.28) conceituam Bibliotecas especiais como:

São as bibliotecas que atendem a uma categoria especial de usuário, por exemplo, pessoas com dificuldades de visão ou cegos. Nesse caso, as bibliotecas são formadas por um acervo de documentos, sonoros, em suporte papel com escrita em Braille, ou com escrita em tipos maiores.

A coleta dos dados ocorreu por meio de análise documental e elaboração de notas de campo por meio das atividades adequadas para a organização da Biblioteca, atendendo à acessibilidade para as PcD visual. Foram mobilizados registros institucionais do Projeto, fotografias, documentos produzidos durante a ação e anotações ao longo do processo de reorganização da Biblioteca. Esse conjunto permitiu reconstituir o diagnóstico inicial, as estratégias implementadas e os efeitos observados na organização do espaço e na relação dos usuários com o acervo e os serviços que a Biblioteca oferece.



O tratamento dos dados ocorreu com base em categorias temáticas organizadas segundo os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011). A discussão foi estruturada em torno da biblioteca como espaço de empoderamento informacional e como espaço de mediação, inclusão social e autonomia dos usuários com deficiência visual. Tais categorias orientam também a presente síntese, na medida em que permitem articular diagnóstico, intervenção e resultados em torno do problema central da acessibilidade informacional.

O instrumento de coleta de dados foi estruturado na análise documental que se caracteriza como uma técnica exploratória que busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse, constituindo uma fonte rica e estável, da qual se retira evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador e significando uma fonte “natural” de informação.

Nesse sentido destaca-se especialmente o envolvimento direto dos usuários da biblioteca na formulação das ações, respeitando o lema “nada sobre nós sem nós” (Declaração de Madri, 2002).

Freire (2022, p. 95) também propõe respeito à autonomia, pela escuta ativa e pela construção conjunta do conhecimento. "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, é dever das instituições públicas e privadas assegurar o acesso à informação em formatos acessíveis, com a utilização de recursos de TAs quando necessário, reforçando o direito à informação como componente fundamental do direito à inclusão. A implementação de estratégias de acessibilidade informacional para a autonomia de PcD visual ocorreu após a realização de um diagnóstico e de identificação de barreiras em acessibilidade.

O diagnóstico revelou um conjunto de barreiras que limitavam o acesso à informação e comprometiam a autonomia dos usuários. Conforme sistematizado, essas barreiras eram de natureza física, tecnológica, comunicacional e atitudinal. O espaço físico apresentava problemas de organização, disposição inadequada do acervo e limitações para circulação autônoma de pessoas cegas. Havia também fragilidades na



identificação do acervo e na recuperação dos materiais, o que dificultava a localização dos itens nas estantes e na apropriação do ambiente pelos usuários cegos e com baixa visão.

No plano informacional, o acervo não estava preparado para favorecer busca e uso autônomos, e os serviços ainda careciam de adequações compatíveis com as necessidades do público atendido. Essa constatação é relevante porque, em bibliotecas especiais, a simples existência de materiais acessíveis não garante, por si só, a efetivação do direito à informação. É necessário que a organização física, a sinalização, as tecnologias, a mediação e o atendimento no ambiente bibliotecário sejam pensados e planejados de forma integrada.

Esses achados dialogam com as dificuldades que PcD visual enfrentam, nos ambientes informacionais, um desafio sistêmico que envolve falta de TAs, inadequação dos espaços e insuficiência de políticas e práticas inclusivas.

Frente ao diagnóstico realizado, o trabalho desenvolveu ações voltadas à reorganização física da biblioteca, à adequação tecnológica e à mediação da informação. As intervenções incluíram inventário, processamento técnico, preparo físico do acervo, reorganização do espaço, fortalecimento de parcerias e adequação tecnológica e informacional. O estudo mostra que essas ações não ocorreram de forma isolada, mas como parte de uma estratégia de transformação da biblioteca em ambiente acessível e inclusivo.

Entre as soluções implementadas, destacam-se a identificação das estantes em braille, o uso de QR Code com audiodescrição em cada prateleira, a melhoria da organização espacial, a ampliação das condições de acesso aos materiais em formatos acessíveis e a valorização de TAs mais acessadas pelos usuários, no cotidiano da Biblioteca favorecendo uma relação mais autônoma dos usuários com o espaço e com o acervo. O próprio Projeto enfatiza que prateleiras reorganizadas, etiquetas em braille colocadas e cada recurso pensado para o acesso representaram uma resposta concreta à exclusão informacional.

A intervenção também reafirmou o papel do bibliotecário como mediador da informação e educador, aparecendo, nesse contexto, como agente que constrói condições de acesso, interpreta demandas dos usuários e promove estratégias de apropriação informacional e de aprendizagem. Essa compreensão encontra respaldo



teórico no próprio Projeto, que aproxima a atuação bibliotecária da mediação e da construção conjunta de conhecimento. A transformação da Biblioteca deve ser lida como uma criação de condições para uso qualificado da informação e da construção de novos conhecimentos.

Entre os resultados mais expressivos do Projeto desenvolvido na Biblioteca, destaca-se a ampliação da autonomia dos usuários cegos e com baixa visão no acesso à informação, à leitura, à pesquisa e a novas aprendizagens.

Sasaki (2002, p.36) afirma que “autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce.” e Freire (2022, p.58) que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

Ao favorecer a localização dos materiais, a circulação pelo espaço e a relação mais independente com o acervo, as estratégias implementadas reduziram barreiras concretas à participação dos usuários onde a autonomia observada não significou ausência de mediação, mas mediação bem-sucedida, aquela mediação que escuta o usuário, que organiza o ambiente para que ele possa agir com maior independência. Trata-se de deslocar a biblioteca de um modelo assistencialista para um modelo inclusivo, em que o usuário não é apenas atendido, mas reconhecido como protagonista de sua experiência informacional e de aprendizagem. Essa perspectiva encontra eco nos textos de pesquisa, que enfatizam a urgência de ouvir os próprios estudantes com DV e de integrar tecnologia, mediação e acessibilidade como pilares de práticas verdadeiramente inclusivas. (Moro; Estabel, 2011).

A aproximação entre os dois estudos reforça que a promoção da acessibilidade informacional é dimensão estruturante da atuação bibliotecária, implicando em rever concepções tradicionais de biblioteca e ampliando a formação profissional para o atendimento inclusivo.

No caso da UCERGS, a prática extensionista mostrou-se capaz de articular formação acadêmica, compromisso social e intervenção concreta, reafirmando o potencial da extensão universitária para produzir transformações reais. A experiência contribuiu também para a formação crítica e cidadã da pesquisadora, aspecto coerente



com os princípios da Extensão Universitária, além de expressar uma Biblioteconomia Educativa.

Dentre as implementações de estratégias de acessibilidade informacional a criação de um catálogo *online*, acessível a leitores de tela, a incorporação de identificadores em braile nas estantes e QRCode com audiodescrição foram os elementos destaque para a efetivação da acessibilidade informacional e comunicacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que a promoção da acessibilidade informacional em bibliotecas constitui uma forma de enfrentamento das desigualdades que afetam PcD. Ao organizar estratégias de acesso, mediação e autonomia, a biblioteca cumpre sua função social e amplia, no plano institucional, as condições de participação de usuários historicamente afastados do pleno direito à informação e ao conhecimento.

A promoção da acessibilidade informacional para PcD exige adaptações pontuais, mas principalmente exige planejamento, reorganização do espaço, mediação qualificada, valorização das TAs e a participação dos usuários na construção das soluções. (“Nada sobre nós sem nós”).

No estudo de caso analisado, a experiência desenvolvida na Biblioteca Especial da UCERGS contribuiu para ampliar a autonomia dos usuários com a implementação de estratégias de acessibilidade informacional para a autonomia de PcD, articulados à reorganização física e ao trabalho bibliotecário, mostraram-se relevantes para transformar a modalidade de acesso e de uso da Biblioteca Especial.

Conclui-se, assim, que a acessibilidade informacional é um compromisso ético e profissional da Biblioteconomia. Quando a biblioteca é organizada a partir das necessidades reais dos usuários, ela deixa de reproduzir barreiras passando a atuar na ampliação de direitos. Nesse sentido, a experiência apresentada ofereceu contribuições que podem subsidiar outras bibliotecas e projetos comprometidos com práticas inclusivas e acessíveis.

Em um tempo marcado por vulnerabilidades sociais e informacionais, a acessibilidade para PcD visual reafirma a urgência de ações voltadas à inclusão, à



autonomia e ao direito à informação e ao conhecimento. Como encaminhamento, recomenda-se a ampliação de projetos para a formação de bibliotecários no atendimento a PcD e o fortalecimento de ações extensionistas voltadas às bibliotecas, acessíveis acolhendo em ambientes informacionais, culturais, científicos, sociais e inclusivos com pleno atendimento às múltiplas desigualdades humanas.

Inspirado em Freire (2022), o estudo reafirma que a inclusão não se realiza por declarações de intenção, mas pela intervenção sobre as barreiras que impedem o acesso, a participação e a autonomia dos usuários. No caso das PcD visual, a exclusão informacional não decorre de incapacidade dos sujeitos, mas da permanência de estruturas, práticas e omissões que ainda tratam a acessibilidade como aspecto secundário. Em bibliotecas, isso significa definir, no presente, quem acessa a informação com autonomia e quem permanece dependente ou à margem. A experiência analisada mostra que a Biblioteconomia tem responsabilidade direta na efetivação do direito à informação e ao conhecimento, enfrentando e superando as desigualdades.

Este trabalho convida e estimula os bibliotecários a rever prioridades, práticas e ausências que, sob aparência de normalidade, continuam negando a muitas pessoas aquilo que deveria ser assegurado como direito e cidadania.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**: metodologia. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 24 mar. 2026.

CONGRESSO EUROPEU DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Declaração de Madri**. Madri, 2002.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Guidelines for inclusive library services for persons with print disabilities**. Section "Libraries serving persons with print disabilities". [S. l.]: IFLA, 2026. Disponível em:



<https://www.ifla.org/news/guidelines-for-inclusive-library-services-for-persons-with-print-disabilities-2/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MISHRA, S. Assistive Technologies for visual impairment enhancing access to library resources. **Library philosophy and practice** (e-journal), University of Nebraska - Lincoln, August 2023. Disponível em: <https://scholarworks.sjsu.edu/libphilprac/7839/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. A Mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p.67-81, jan./jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAÚJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca**: técnicas e práticas para formação profissional. Brasília: Thesaurus, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2018.

